



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

INSTITUTO DE HUMANIDADES

BACHARELADO EM HUMANIDADES

MAYARA DA SILVA ALVES

**APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DE
PACATUBA/CE**

REDENÇÃO/ACARAPE

2019

MAYARA DA SILVA ALVES

APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DE
PACATUBA/CE

Trabalho de conclusão de curso de Graduação apresentado ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito básico para a conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades.

REDENÇÃO/ACARAPE

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e amigos envolvidos, pelo carinho, a força e ajuda durante toda essa jornada.

Em especial agradeço a Deus por me consentir e permitir ter perseverança e coragem para a realização deste trabalho.

Grata à minha família que esteve junto e não me deixou desistir e minha excelente Orientadora Prof.^a Gislene Carvalho por seu acompanhamento pontual, por sua paciência e competência demonstrada em cada detalhe do trabalho e também por ser um ser iluminado que me ajudou em tudo e permaneceu comigo até o final.

Resumo: As políticas públicas voltadas à Educação Infantil têm tido maior foco e evidência nos últimos tempos, políticas essas que fornecem amparo escolar, direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases, e têm como objetivo promover um ensino de qualidade na pré-escola. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação de políticas educacionais em dois bairros da Cidade de Pacatuba, Ceará. Para tanto, tomamos como referências as leis voltadas à educação e autores como Teixeira (1996) dentre outros. Utilizamos o método de observação em campo, com visitas e participação no cotidiano escolar, e a aplicação de questionários aos docentes da Instituição escolar CEI Francisca de Albuquerque Lima. Como resultados, concluímos que há uma implementação de políticas públicas que dão assistência à creche na cidade de Pacatuba e que são, de fato, realizadas algumas atividades de assistência por essas instituições. No entanto, ainda há necessidade de políticas mais consistentes que ampliem esse atendimento a todas às crianças do município.

Palavras-chave: Políticas públicas; Políticas educacionais; Educação infantil; Pré-Escola.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | APRESENTAÇÃO..... | 5 |
| 1.1 | Tema..... | 7 |
| 1.1.1 | Delimitação do tema..... | 7 |
| 1.2 | Objetivo geral..... | 7 |
| 1.3 | Objetivos específicos..... | 7 |
| 2 | JUSTIFICATIVA..... | 9 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 12 |
| 3.1 | As instituições..... | 13 |
| 4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 15 |
| 5 | DISCUSSÃO DOS DADOS E RESULTADOS PRELIMINARES..... | 21 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 25 |
| 7 | CRONOGRAMA..... | 26 |
| 8 | REFERÊNCIAS..... | 26 |
| | APÊNDICES..... | 28 |
| | QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO..... | 28 |

1 APRESENTAÇÃO

A realização deste estudo surgiu com o objetivo de discutir e verificar a aplicação de políticas públicas voltadas à educação infantil em Pacatuba-Ce. Este tema tem se tornado bastante discutido entre campos pedagógicos e estudiosos da área, com isso é interessante ter conhecimento de como as realizações destas políticas são feitas nos ambientes escolares.

O presente trabalho busca trazer uma discussão sobre a questão de aplicação de políticas para a educação infantil em dois bairros, São Bento e São Luiz, situados na cidade de Pacatuba, Ceará. Estes bairros estão distantes do centro da cidade. A população que enfrenta algumas dificuldades por conta da falta de consistência das políticas educacionais, muitas vezes no interior das instituições escolares. Para analisar a aplicação das políticas, escolhemos uma creche recente no Bairro São Bento.

Este assunto ajuda aos leitores ter um maior entendimento sobre os procedimentos que são vivenciados por seus filhos dentro das instituições infantis, de uma forma mais centralizada nas públicas, que de certa forma ajuda aos demais a passar ter uma visão mais crítica e ficar ciente de seus direitos. Pois de acordo com que se ver de maneira geral é que há uma necessidade de políticas mais consistentes, para que assim possa haver melhorias na área de Educação infantil. Um dos pontos a ser abordado é sobre a questão de recursos que são repassados aos municípios, verba destinada para a reforma ou a construção de uma nova instituição, porém as obras ficam inacabadas ou, muitas vezes, nem saem do papel.

Outro fator observado é a questão de oportunidades entre as crianças, no quesito de ter assistência por uma instituição. De acordo com IBGE, um terço das crianças de 0 a 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vaga, por exemplo, estereótipos de tais indivíduos, crianças de baixa renda, às vezes periféricas, e em sua maioria negra, e que podem estar relacionados a uma questão enfrentada pelo país Brasil que é de desigualdade social, e que podemos colocar como seu ponto de origem na primeira etapa do indivíduo, por ser onde se inicia a exclusão de diversos espaços, exclusivamente o de se educar.

Vários fatores interferem no que se refere à criança e escola, por exemplo, sua renda e a disponibilidade de instituição de fácil acesso pra população, pois o que acontece é que a creche pode ser distante ou não possuir vagas que possa abranger toda população e localidades adjacentes. Enfim, problema este que continua a espera de uma solução por parte do governo federal e dos municípios, não só de abrir creches como também, o mais importante, mantê-la.

A pesquisa foi baseada em observações e com a realização da aplicação de questionários, para que dessa forma possamos ter acesso como é feito os processos de adaptações, inclusão de alunos portadores de alguma deficiência, acolhimento das crianças, tais coisas que requer muito do profissional de educação formações que possam ser oferecidas para o aprimoramento de tais atividades.

Com isso também se busca analisar como ocorre a aplicação de determinados planos e/ou programas do Governo, de modo a observar a realidade assim podendo identificar quais os impactos com a aplicação de políticas educacionais ou a falta delas. Assim, poderemos discutir sobre a importância da instituição infantil e os benefícios à comunidade, tais como a mulher poder ser inserida no meio do campo de trabalho, além de acompanhar as políticas educacionais e o cenário pedagógico, tal como a formação dos profissionais.

Relataremos o que foi observado durante a pesquisa de campo, com intuito de retratar o quadro vivenciado e assim acompanhar as mais diversas formas de conhecimentos pedagógicos e práticas educacionais e também observar a importância da instituição para os demais pais e como se dá o acompanhamento por parte deles.

Com isso poder averiguar quais os pontos que mais a população se sente prejudicada e quais os pontos que mais facilitam no cotidiano, abordando nos resultados finais da pesquisa questão das formações dos profissionais educacionais atuante na instituição visitada.

O trabalho segue dividido em três partes. Na primeira parte, discutimos sobre as políticas publicas, relacionando-as às políticas educacionais na área infantil. Na segunda parte, sendo a parte de relacionar os textos a respeito com o cenário de vivência pela população pacatubana e as definições de termos e

acompanhamento do local de pesquisa. E na terceira e última parte, a realização da entrevista junto de um questionário com algumas perguntas a cerca do assunto discutido, composta uma análise final de pesquisa e os resultados alcançados pela mesma.

Com base no exposto, partimos da seguinte pergunta de pesquisa:

- Qual a importância da aplicação de políticas públicas na Educação Infantil e quais os impactos causados na comunidade com a aplicação ou ausência delas?

Definida a questão inicial, sintetizamos nosso tema e objetivos delineados para a realização desta pesquisa.

1.1 Tema

Políticas públicas para a Educação Infantil.

1.1.1 Delimitação do tema

Aplicação das Políticas públicas para a Educação Infantil na Creche CEI Francisca de Albuquerque Lima, situada na cidade de Pacatuba, Ceará.

1.2 Objetivo geral

Analisar a aplicação das políticas públicas na área da educação infantil na cidade de Pacatuba, Ceará.

1.3 Objetivos específicos

- a)** Analisar a realidade da aplicação das políticas públicas na educação infantil na cidade de Pacatuba, Ceará.
- b)** Identificar os impactos causados pelas políticas públicas educacionais ou a falta delas na área infantil juntamente com a

paralisação da construção de uma creche, em dois bairros da cidade.

- c)** Relatar como é a visão dos docentes sobre as políticas públicas educacionais que são atuantes na instituição que estão inseridos.

2 JUSTIFICATIVA

Nesse trabalho, pretende-se averiguar como estão sendo aplicadas as políticas públicas para a Educação infantil, tais como o amparo às crianças no quesito de alimentação, métodos de ensino e condição escolar. Coletamos os dados a partir de uma realidade vivenciada, assim observando o nível de formação dos profissionais atuantes na área, como também a demanda da necessidade da população em relação a espaços e condições estruturais das creches.

Problematizam-se as políticas públicas para a Educação Infantil, a partir das relações em torno do tema, recortando a realidade de dois bairros de Pacatuba, utilizando-se uma pesquisa bibliográfica em um primeiro momento, no qual buscamos pesquisas sobre a Educação Infantil e os encaminhamentos quanto à educação da criança em nível de políticas públicas. Pontuamos as políticas públicas de Educação Infantil que amparam a creche até o momento e os condicionantes para o seu encaminhamento e universalização, para que assim, fossem pontuadas as políticas atuantes e as que faltam.

De acordo com Souza (2003), em seu texto Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa, podemos assim conceituar políticas públicas:

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p 13)

Portanto, as políticas públicas de educação são programas ou planos, criados pelos governos para garantir o acesso à educação, são aquelas políticas que atuam diretamente relacionadas com as decisões que são tomadas pelos governantes, para oferecer e aprimorar a educação no país.

Alguns exemplos dessas políticas são o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que é um fundo de investimento financeiro do governo federal para os projetos educacionais do Estado, é deste fundo que provêm a verba para a educação básica no país. Podemos citar ainda o Programa Caminho da Escola que foi criado para aumentar os veículos que fazem o trajeto de transporte escolar, oferecendo ônibus, lanchas e até bicicletas para que estudantes de zonas rurais e ribeirinhas possam chegar à escola.

A educação, por ser um direito fundamental, requer do governo que estas e outras ações sejam efetuadas, sabendo que são feitas com metas e objetivos a serem alcançados para uma melhor qualidade social e educacional da população. Pois, desde o momento em que a Educação Infantil veio a ser uma preocupação governamental e passou a ser a primeira etapa da educação básica nas políticas educacionais, aumentaram as pesquisas e estudos sobre esta área da educação.

A procura por instituições em torno da educação infantil a cada dia aumenta, no entanto é de suma importância analisar como realmente funcionam as políticas públicas nas creches e se há necessidade de melhorias. É de conhecimento geral que em algumas realidades, as condições das creches se encontram sem estrutura para abrigar a quantidade da demanda de crianças da sociedade, pois não possui estrutura pra dar uma melhor assistência à população, afetando principalmente as mulheres mães que necessitam desse direito para poder conquistar um maior espaço no mundo do trabalho, pois é de conhecimento que há uma desigualdade no Brasil, na questão de gênero, e o papel da mulher ligado a apenas a exercer o papel de mãe e dona de casa. Dessa forma, Bruschini (2007, p. 538) coloca que

a permanência da responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos e outros familiares indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, sobretudo as que são mães de filhos pequenos. (Bruschini, 2007, p. 538).

Portanto, a creche assume uma importância de forte contribuição para uma melhor relação entre trabalho e família, como também para a diminuição na desigualdade de gênero.

A pesquisa na área tem o intuito de possibilitar um melhor entendimento da aplicação de programas e projetos nessas instituições, principalmente nas mais afastadas dos centros urbanos, que é o caso dos bairros que serão aqui abordados e, dessa maneira, identificar os impactos causados pela falta da aplicação de políticas públicas.

Essa pesquisa se justifica por tentar compreender e mostrar a realidade presente na instituição de estudo, e quais as dificuldades pela falta de uma instituição situada nas proximidades de casa; apontar a falta da aplicação correta e criação de políticas mais consistentes como um dos problemas e ver possibilidades de melhorar a capacitação de profissionais na área.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, pois requer algo mais teórico em relação a avaliação da aplicação correta das políticas e a visão e reação do público-alvo da pesquisa em relação a situação passada. No intuito de investigar como se está a realidade educacional em dois bairros da cidade de Pacatuba, observamos como se dão as práticas e as atividades curriculares, analisando as influências e múltiplas determinações das políticas públicas em uma creche que se encontra no São Bento feita recentemente e em São Luiz que se encontra apenas com o projeto e o início da construção, ainda não acabada.

Investigar a partir de informações fornecidas pelas Diretrizes educacionais e Leis que estão a favor do direito da criança, e ver como estão sendo seguidas, problematizando a falta delas e irregularidades em relação do não cumprimento dessas questões na fase da pré-escola, ou seja, observando a falta de políticas, indicando a necessidade de que sejam criadas e a carência de novos investimentos na área.

A pesquisa também pode ser caracterizada como descritiva, pois, a partir de uma participação nos campos escolares, descreveremos como as políticas públicas são postas em prática na instituição observada. Através de questionários aplicados aos profissionais e observação do cotidiano da escola e da comunidade, averiguamos os impactos.

Os participantes da pesquisa seriam os integrantes da instituição e uma parte representativa da comunidade. Eles foram informados sobre o objetivo do estudo, assim como a previsão do tempo necessário para a realização das observações. Iniciamos com uma conversa e uma breve apresentação do projeto e, com o consentimento aceito, começamos as anotações desde o primeiro encontro. Primeiro realizamos a observação do cotidiano, comparecendo à instituição do São Bento uma vez na semana e fazendo anotações em diário de campo das práticas educativas que aconteceram no período de observação, com a duração de dois meses e a observação de documentos recebidos da Secretaria Municipal, tais como ofícios e reuniões.

No decorrer da observação, aplicamos questionários com professoras e coordenador. Contudo é de necessidade a interação entre o público pesquisado e o pesquisador, para que não haja tanto estranhamento. Quanto aos procedimentos da pesquisa haverá levantamentos relacionados ao assunto através da pesquisa de campo e coleta de dados documental, sendo assim os levantamentos irão levar em conta os aspectos tais como uma localidade sem a creche, sofre com essa situação e as diversas dificuldades que são vivenciadas e como é a relação do bairro com a instituição.

3.1 As instituições

C.E.I

A instituição tem o nome de CEI Francisca de Albuquerque Lima, localizada no Bairro são Bento é um prédio municipal e foi recentemente aberto e todo adaptado às crianças. Possui uma estrutura bem equipada, que abriga do berçário até o Infantil V, a equipe Gestora é formada por uma Diretora, uma coordenadora e uma auxiliar de Secretaria (com formação).

A instituição abriga cerca de 136 alunos, sendo que do infantil I ao III é integral e os outros um à tarde outro pela manhã. O funcionamento é de 07:00h às 11:00h na parte manhã e de 13:00h às 17:00h à tarde. Até o presente momento, a instituição abriga duas crianças portadoras de deficiência. No entanto apenas uma criança possui uma “cuidadora”, a mesma é diagnosticada com Autismo. A outra criança ainda não possui uma pessoa específica pra ficar lhe acompanhando pois ainda não saiu o laudo médico. A instituição conta em seu corpo de funcionários com merendeiras e auxiliares de serviços gerais e um vigilante durante o período de funcionamento, na parte noite reversa entre outros dois funcionários.

Projeto da Creche São Luiz

A obra da creche teve início em 2014 e logo depois houve a paralisação da obra, que até os dias atuais não retomaram. Acredita-se que não houve conclusão por falta de verba, embora muitos acreditem que houve, na verdade, desvio da verba. A questão é, a única coisa atingindo por tal problema é a comunidade em especial, as mães com crianças que tem a necessidade de ir pra creche, pois é difícil o acesso a outras instituições por conta da distância. Recentemente com a inauguração da CEI no Bairro de São Bento (o qual é mais próximo de São Luiz) facilitou um pouco a comodidade da população, fazendo assim conseguir abrigar mais crianças e assim mais mães ganham espaço no mercado de trabalho.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Há muitos conceitos que definem Políticas Públicas. De acordo com Azevedo (2003 p.38) “*políticas públicas é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos impactos de suas ações e omissões.*” Ou seja, planos e programas governamentais que devem ser acompanhadas democraticamente para solucionar e/ou melhorar determinadas ações.

Contudo, após tal definição, o que podemos entender sobre políticas educacionais é o que o Governo faz ou deixa de fazer com que desrespeito a Educação escolar, onde o governo tem responsabilidades em decisões como por exemplo: formação docente, construção da instituição, gestão escolar, formação profissional, matriz curricular, entre outros.

As políticas direcionada a Educação infantil são formuladas através de duas perspectivas, de acordo com Patrícia Simões (2014), sendo elas uma perspectiva evolucionista e a perspectiva do direito da criança. Na qual a perspectiva evolucionista, está ligada ao fato de ver o desenvolvimento futurista, observando da infância até a vida adulta, nessa a criança é vista como uma forma de investimento que trará retorno no futuro para a sociedade.

Já a perspectiva do direito, é embasada em estudos recentes pelos quais a infância é vista como uma maneira de início de construção cultural. Suas características seriam como desde a infância a criança desenvolveria coisas própria como pensar e sentir. Sendo valioso o conhecimento que vai adquirir desde a infância e continuará até a sua vida adulta, portanto a infância adquire um valor independente das fases pelas quais passam.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB-9394/96. Seção II da Educação Infantil. Art. 29. Assegura que:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 05 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Assim, a LDB 9393/96 em seu art. 11º, inciso I a competência dos municípios de fazer a organização, dar manutenção e promover o desenvolvimento dos órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, em de elaboração, através da integração entre as políticas e planos educacionais da União e dos Estados e no inciso V, a oferta de Educação infantil. Assegurando assim que o município cumpra um papel de haver sempre vagas para as crianças e fornecer instituições desde a pré-escola. Desde 2016 é obrigatoriamente as crianças de 4(quatro) anos estarem na pré-escola, sendo os pais obrigados a matricular suas crianças, pois no não cumprimento e descoberta o haverá de pagar uma multa. Tal posicionamento visa que a Educação é essencial para um desenvolvimento de uma sociedade e quanto mais cedo a individuo começar a se desenvolver há uma maior possibilidade de uma vida bem-sucedida.

Numa perspectiva de busca da consolidação da justiça social e democracia, se desenvolveu a necessidade de analisar novas práticas de ensino onde assim explicasse o atendimento educacional a essa faixa etária de ensino infantil deve ter, no entanto é usada uma citação de Kramer (2011) onde mostra que há uma disputa de concepções sobre a educação infantil, que seria as ocorrências de mudanças sociais, na qual as mulheres conseguem um espaço no mundo do trabalho, a qual mesma necessita de cuidados e assistência social para seus filhos; o outra lado mostra a importância do fato da inclusão social e diminuição da pobreza.

Nas últimas décadas, tem sido publicado pelo Ministério da educação documentos reeditados, tais como Diretrizes curriculares está se refere a formação de professores, também o que se refere trajeto escolar, que a toda uma política que manda verba para tal municípios para o auxílio no caminho para a escola, alimentação e as demais necessidades dos alunos.

São trabalhadas três temáticas fazendo parte de um Plano Nacional de Educação (PNE), sendo elas: propostas curriculares; formação de profissionais; e avaliação de qualidade das instituições como as creches e as pré-escolas. Tais pontos essenciais para o cumprimento da garantia de uma Educação de qualidade, onde na fase infantil, as crianças mostram que necessitam de todo um cuidado e acompanhamento para uma melhor

formação social, e uma maneira de acompanhar e visionar como está sendo colada as políticas educacionais. Pois é através dessas políticas que a realidade da educação pode ser transformada, principalmente a realidade da educação infantil.

“a revalorização da profissão docente deve começar pelos cuidados com a formação do professor. Tornar os cursos de pedagogia momentos efetivos de reflexão sobre a educação é condição para a superação da atividade meramente burocrática em que mergulham muitos desses cursos” (OLIVEIRA, 2008, p. 139 apud ARANHA, 2006, p. 43).

No entanto os recursos que são destinados à educação infantil são ligados a capacidade financeira do município, com isso se gera uma certa restrição por parte das instituições públicas pois não conseguem suprir a demanda, sem conseguir melhorias no atendimento. Portanto o resultado desses documentos reafirma o fato importante de que a educação infantil é de extrema importância no desenvolvimento da criança, onde ainda se encontra com a necessidade de um maior investimento na formação de gestores e profissionais da área.

O artigo de Morgan, Silva, Knackfuss e Medeiros (2014) ressalta sobre a relação das crianças menores de seis anos no contexto educacional e com isso mostra alguns avanços na educação infantil e relatando alguns passos que foram necessários para que a educação infantil conseguisse as melhorias que atualmente atua nas instituições de ensino infantil, como creches e pré-escola. Portanto, as transformações voltadas a área escolar infantil, deu as crianças reconhecimento sobre seu papel na sociedade. Estão por meio de algumas conquistas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que no caso foi o que fez acontecer o reconhecimento do direito Infantil, assim aumentando a atenção para melhor atender a área infantil.

A Educação Infantil foi e ainda a encontra por certas falta de comprometimento por parte do poder político, no entanto ela foi uma conquista por meio consequentemente por necessidade de uma nova sociedade onde ver a valorização da mulher na sociedade e sua inserção no mundo de trabalho o qual era direcionado apenas para o sexo masculino, com isso foi gerando necessário um espaço no qual a educação da criança não só apenas ficasse por conta da família. De acordo com estudos apontados ver que se houve

muitas transformações fizeram com que instituições fossem criadas voltadas a população mais carente onde se encontra reivindicações da população na busca de uma boa assistência em relação a educação infantil. Nos últimos anos as políticas públicas tiveram uma grande participação nos debates em relação a educação infantil em certas mudanças em torno fazendo haver renovações de paradigmas voltados pra área.

Contudo foi em 1988 que se instalou a vontade de mudanças, reivindicações de direitos fazendo acontecer atos como por exemplo Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar dessas conquistas requer ainda mais implementações pra ficar melhor, pois se encontra com muitas falhas na prática pois as escolas nem sempre estão fornecendo boas condições. Ainda se cabe recursos para adequado atendimento infantil, sendo necessário a formação mínima do docente, um dos principais. Contudo nota-se que ainda se faz necessário vencer muitos desafios na área de educação, tendo em vista melhorias na parte de investimento em um espaço adequado com acesso a todas as classes sociais atendendo as diversas demandas e com profissionais qualificados, com capacitações e boas condições de trabalho.

Lima e Silva (2013) relatando o mundo do trabalho e sua relação com as projeções de políticas públicas para a Educação Infantil no Brasil, quando fala que foi ao longo do tempo uma perspectiva de adequação da educação formal para o mercado, sem exceção da educação. Entretanto, não havia como ignorar tal problema social, mesmo sem uma educação formal sistematizada era recorrente a busca por diretrizes de acolhimento e formalização de uma educação escolar no Brasil que desse conta de atender os expropriados históricos. Na parte onde o primeiro momento é relatado o autor vai falar de lembrar a época contemporânea onde se era orientada pela busca de direitos sociais, de manifestações das massas e intensa abertura por democracia e educação nacional e assim por diante.

No caso da educação brasileira, o atendimento à infância vai acontecer num primeiro momento no império, nesse caso vale ressaltar o fato de não existia nenhuma política relacionada a proteção da criança. Os autores vão usar o pensamento de Anísio Teixeira, o qual foi embasada na criação de escolas públicas para todos.

Para Anísio (1969) o ensino municipalizado deveria ser o eixo orientador da educação brasileira por poder assistir mais proximamente as solicitações da escola e mais deveria contar com fundos especiais de verbas que garantissem sua manutenção. Seguindo esse sentido se pode afirmar que foi nessa parte que a Educação Infantil veio a ser uma das dimensões da Educação Básica na década de 1990, que foi onde se deu os seus primeiros passos. Porém foi só a partir da Constituição Federal de 1988 que instituições como as creches e pré-escolas passariam assumir um papel de muita relevância que até hoje ocupa nas sociedades brasileiras, dessa merecendo destaque a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

No ano de 1996 a Política Nacional de Educação Infantil ampara não apenas a proteção da criança como também a prioridade, tendo como base o entendimento de criança como ser em desenvolvimento, como continuidade da história da própria humanidade, onde se encontra com necessidades a ser supridas com um atendimento que seja satisfatório.

As primeiras formas de iniciação de políticas públicas para a Educação Infantil, não iniciou logo de início, dando-se apenas na década de 1970. Dando continuidade foi somente por meio de um Decreto Estadual, que a Secretaria Estadual de Educação implementou um projeto de atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade, era chamado de Projeto Casa Escola Infantil do Bom Senso. Projeto esse que se deu como uma das primeiras iniciativas governamentais do Estado onde a oferta da pré-escolar abrangeu apenas as cinco maiores cidades como, Cuiabá, Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Corumbá. A Constituição de 1988, em seu art. 211, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios “organizarão os seus sistemas de ensino”, definindo como competência a atuação no ensino fundamental e na pré-escola.

Especificamente, a responsabilidade do município passou a ser oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitindo a atuação em outros níveis somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (SARMENTO, 2009, p. 2)

No entanto é necessário para uma melhor aplicação de políticas públicas na atualidade continuar com a reivindicação de profissionais capacitados e bem remunerados onde a ideia de proteção da criança vai está sendo bem-sucedida.

A educação básica é composta por três etapas, sendo a primeira a Educação infantil que abriga as crianças até seis anos. A segunda composta pelo Ensino Fundamental onde vai dos seis até os 14 anos de idade e por fim a terceira que é o Ensino médio que abriga as crianças de 1 Alguns dos desafios enfrentados na Educação Infantil, é a dificuldade de acesso há instituições de creche e pré-escolas, sejam elas públicas ou privadas e uma barreira seria a desigualdade da educação ofertada. Como por exemplo a ser usado, as temáticas que vem sendo discutida, instituição CEI de São Bento e o Bairro São Luiz que sofre com a dificuldade de acessar a esse direito, dificuldade essa que habita entre as crianças brancas e negras, ricas e pobres e moradores rural.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art.2º).

Portanto, o Estado encarrega-se no dever de implementar políticas educacionais mais consistentes que ofereçam suporte ao desenvolvimento da sociedade. De acordo, todos devem ter direito a uma educação de qualidade, com profissionais com formação adequada para ajudar em um melhor desenvolvimento do indivíduo. A creche é um ambiente que promove da construção de uma sequencias de cuidados que abrange toda a família e os profissionais. Desenvolvendo um papel com grande importância com as crianças tanto de acolhimento e educação, reproduzindo o sentido da vida e partilhando junto aos indivíduos novas experiências, ampliando os horizontes e perspectivas das crianças.

5 DISCUSSÃO DOS DADOS E RESULTADOS PRELIMINARES

Para a realização da pesquisa, inicialmente, planejamos utilizar dois instrumentos. A entrevista, que seria aplicada aos pais dos alunos. E um questionário aplicado aos professores da instituição. No entanto, não foi possível a realização das entrevistas, pois houve recusa por parte do público-alvo. Acreditamos que a recusa ocorreu por conta de questões políticas que envolvem a cidade, o que gera medo na população de ceder informações acerca dos serviços públicos.

Diante da recusa por parte dos pais dos alunos, direcionamos nossa análise com base na observação realizada com a visita à CEI, assim havendo um acompanhamento do cotidiano na instituição, e a aplicação de questionários aos professores.

- ❖ Analisar a realidade da aplicação das políticas públicas educacionais na educação infantil na cidade de Pacatuba, Ceará, juntamente com a paralisação da construção de uma creche, em dois bairros da cidade.

Para o alcance desse objetivo, foi utilizada a observação em campo, a partir de conversas e observações sobre a instituição localizada no bairro São Bento e sobre a obra parada de São Luiz. Com base nessas observações, pode ser dizer que as políticas voltadas à educação infantil, de forma geral, são postas em prática na instituição do CEI, localizada no bairro São Bento.

A instituição recebe crianças de outro bairro, abrigando uma totalidade de 136 alunos. Assim vemos a aplicação de algumas atividades que advém de certas políticas educacionais, pois as mesmas devem assegurar que haja em uma creche a realização de rodas de conversa onde a criança vai desenvolver a socialização, a presença de brinquedos para o aprimoramento da coordenação motora, contato com a música e noções primárias de raciocínio lógico e de alfabeto para o aumento de suas habilidades.

Em nossa visita à escola, observamos que as professoras se esforçam para obter uma aula dinâmica, dessa forma elas utilizam diferentes formas pra tentar com que a criança aprenda de forma produtiva, assim acontece muitas das vezes apenas dentro da sala mesmo, pois são muitos alunos, onde se

alterna entre os dias, por exemplo, a realização de leitura de histórias, em outro, levar as crianças à sala de informática para assistir filme, os brinquedos são em pequena escala, então é dividido entre as turmas.

A creche se encontra sem carência no quesito de materiais, tais como instrumentos de trabalho e em relação à merenda escolar que é satisfatória. Porém há uma necessidade no quesito diversão, pois não foi terminado adequadamente com os brinquedos e o parque infantil, o que dificulta um pouco o trabalho na recreação com as crianças.

Partindo para o tema relacionado à “capacitação” de acordo com as informações apenas os professores atuantes possuem uma formação pra cada aula, no entanto as cuidadoras (no caso lá só possui uma) recebe apenas uma preparação antes de ir para o cargo e depois não mais. Não possuem capacitações, formações e/ou preparações para as auxiliares de sala, o que dificulta a questão de saber lidar com a ingressão de crianças com deficiência na instituição. Tal despreparo que é ocorrente em muitas instituições não só apenas na infantil, que é como se não fosse visto, trazendo a ocorrência de transtorno e muitas vezes a criança se ver desamparada.

São necessárias também políticas que assegurem uma educação na qual a criança tenha contato com outras crianças, para que assim aprendam a viver e lidar com diferenças e isso foi citado por professores e comprovado na observação. No entanto, podemos apontar como problemático a obra parada, localizada no bairro São Luiz, que causa o deslocamento de 90 crianças para instituições em outros bairros da cidade. Isso é prejudicial à população e influencia no aumento de crianças nessa faixa etária fora do âmbito escolar.

- ❖ Identificar os impactos causados pelas políticas públicas ou a falta delas na área infantil.

A partir de uma participação no cotidiano da instituição, nota-se o quão importante são as políticas voltadas à área infantil, tanto na parte de desenvolvimento da criança, quanto no aspecto global, como, por exemplo, a tranquilidade da mãe em deixar seu filho em uma instituição com a educação de qualidade com profissionais aptos. Porém a falta de tais políticas consegue desestruturar um quadro de estabilidade. Partindo pro bairro São Luiz, nota-se

uma carência, pois é impactante a falta da instituição, uma vez que toda criança necessita de um espaço escolar, para melhorar seu desenvolvimento e ajudar futuramente como indivíduo, portanto essa falta de uma creche no bairro São Luiz e a espera ansiosa da comunidade para uma diminuição de dificuldades foi um dos pontos percebidos na pesquisa.

Este objetivo teria maior alcance com a aplicação das entrevistas aos pais dos alunos das duas instituições. No entanto, como houve recusa de participação por parte dos pais, os impactos não foram suficientemente identificados, relatamos apenas o que percebemos na observação.

- ❖ Relatar como é a visão dos professores sobre as políticas públicas educacionais que são atuantes na instituição que estão inseridos.

Neste objetivo foi utilizada a aplicação do questionário qualitativo, com intuito de ver como a docência encara tal fato. As perguntas que foram fundamentais para o alcance da pesquisa foram:

- Como você avalia a aplicação das políticas públicas voltadas à educação infantil nesta instituição?
- O que você identifica como algo ainda a ser feito pra melhorar tais políticas?

Com as respostas, foi possível notar a necessidade de políticas que sejam mais consistentes, que possam abranger todas as necessidades, como, por exemplo, o que foi apontado por uma professora sobre a questão de inclusão de crianças especiais de acordo com a mesma:

- “O material didático não é favorável e deveria haver formação pedagógica com práticas educativas para tal” (Professora 1, 2019).

A resposta da professora indica a falta de uma política educacional que abranja a questão da inclusão. Continuando a questão da formação profissional na área infantil, foi destaque entre os questionários, pois foi pontuado como algo que deveria ser exigido e cumprido rigorosamente no quesito educação infantil: “mais cursos de formação na área da educação infantil” (Professora 2,

2019). Um ponto que é de grande importância, pois é necessário que o profissional tenha capacidade e estrutura para conseguir lidar com as mais variadas formas de acontecimentos entre as crianças e tenha formação para abraçar as diferenças encontradas no ambiente escolar que vai ser inserido.

Com base na observação e nos questionários aplicados, podemos perceber que a aplicação das políticas públicas na educação infantil na cidade de Pacatuba, Ceará, pode ser vista por um lado positivo, pois foi possível observar que há um amparo direcionado à comunidade São Bento, onde há presença de profissionais e há toda uma estrutura e materiais para um ambiente digno para uma educação infantil. No entanto, por outra visão, deixam a desejar políticas mais consistentes que forneçam mais recursos para a realização da inclusão voltada às crianças especiais e mais cursos de formação para os profissionais da educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da realização deste trabalho, foram pautados os resultados da pesquisa realizada, acerca de dois bairros de Pacatuba-Ceará e aplicação de políticas públicas direcionadas à educação infantil. Buscando levantar questões da realidade vivenciada pela poluição pacatubana e um pouco da realidade em quesito educação da CEI.

Concede-se que a pesquisa possibilitou uma visão sobre a educação infantil e quão importante é ter uma instituição que atende as necessidades de uma comunidade nas proximidades de sua residência e, dessa maneira, ver como prejudica a falta de implementação dessas instituições, especialmente em comunidades que pessoas carentes e que necessitam de ações do poder público para que tenham cumpridos seus direitos enquanto cidadãos, inclusive de trabalhar. Podemos, então, concluir que embora sejam oferecidas creches no município em questão, há ainda falhas, pois o que é posto por Leis que defendem a educação infantil muitas vezes não sai do papel. Isso pode ser percebido na quantidade de crianças que são atendidas na educação infantil e naquelas que estão fora do ambiente escolar por não serem suficientes os números de vagas ofertadas.

Contudo se faz novamente presente o apelo por políticas mais consistentes que consigam suprir as necessidades dos indivíduos, fazendo acontecer uma redução de crianças que não frequentam o ensino da pré-escola, sobretudo em regiões afastadas das grandes capitais, seja por questões de não haver vagas ou por não ter instituição próxima. Com o aprimoramento de políticas educacionais, conseqüentemente haverá um aumento no índice de desenvolvimento dos indivíduos enquanto crianças.

7 CRONOGRAMA

| | novembro | Janeiro | Fevereiro | Março |
|--------------------------|----------|---------|-----------|-------|
| Revisão da bibliografia | | X | | |
| Coleta do <i>corpus</i> | X | | | |
| Análise do <i>corpus</i> | | X | X | |
| Redação do projeto | X | X | X | X |
| Defesa | | | | X |

8 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. 2003

BRASIL, **Lei Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Da Educação infantil, Lei n. 9394, D.O.U. de dez. 1996.

BRUCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set. /dez. 2007.

COSTA, Valdelúcia. **Políticas públicas em educação no Brasil**: experiências de formação continuada de professores para inclusão. Rio de Janeiro, PDE, 2007.

FALCÃO, Cintia. **Políticas públicas para educação infantil**: uma relação entre entes federados. Bahia, UEFS/Brasil, 2001.

Kramer, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce, 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. Estudos avançados, 1991.

MORGAN, Dimas Anaximandro da Rocha; SILVA, Joelma Gomes da; KNACKFUSS, Maria Irany e MEDEIROS, Humberto Jefferson de políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira. **Constr. psicopedagoga**. [online]. 2014, vol.22, n.23.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva, ed. PUC Goiás, 2010.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa, **Perspectivas das políticas públicas para a educação infantil no Brasil**. -FUNDAJ-BRASIL,2013.

Links pesquisados:

Título IV – Artigo 11 incisos 5 e 6 sobre a obrigação dos municípios.

Link: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>

Link: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>

Link: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a05

pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415

Link: books.scielo.org/id/kcv6j/pdf/moreira-9788576285854-06.pdf

Link: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/5802>

Link: <https://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>

Link: portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32651

Link:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=618>

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

(DOCENTES)

Prezado participante,

Este questionário é o instrumento da pesquisa de campo sobre o tema: Políticas Públicas voltadas a educação infantil, elaborada pela Graduanda do curso Bacharelado em Humanidades Mayara da Silva Alves, da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira sob a orientação do Prof. Dr. Gislene Carvalho. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Formação: _____

Tempo de serviço na docência

1. Qual sua área de atuação na escola?
2. Qual seu tempo de serviço na área?
3. Como você avalia a aplicação das políticas públicas voltadas à educação infantil nesta instituição?
4. O que você identifica como algo ainda a ser feito pra melhorar tais políticas?

ENTREVISTA DA PESQUISA DE CAMPO

(PAIS)

Prezado participante,

Este questionário é o instrumento da pesquisa de campo sobre o tema: Políticas Públicas voltadas a educação infantil, elaborada pela Graduanda do curso Bacharelado em Humanidades Mayara da Silva Alves, da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira sob a orientação do Prof. Dr. Gislene Carvalho. A sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa.

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: _____

Formação: _____

Perguntas

- ❖ Qual a importância da creche para você?
- ❖ Como você caracterizada a falta de uma instituição escolar infantil no seu bairro?
- ❖ Qual sua opinião sobre a instituição Escolar CEI Francisca de Albuquerque Lima?
- ❖ Qual avaliação você faz sobre as profissionais desta instituição?
- ❖ Que opinião daria sobre paralização da obra (creche) no bairro São Luiz?
- ❖ Quais benefícios você acredita que teria com a entrega da creche do bairro São Luiz?